

# AÇORES EM LISBOA - O *LIVRO DO CONGRESSO AÇORIANO* DE 1938 E A ESCRITA DA HISTÓRIA poder, raça, cultura

por  
Élio Cantalício Serpa\*

*Esquecera já completamente na recordação açoriana esse movimento de emigração dirigida pelo governo português, em meados do século XVIII, para a ilha de Santa Catarina e Rio Grande do Sul... Quase esquecera também na lembrança dos dirigentes e dos povos férteis dessas paragens<sup>1</sup>.*

Em 1951 – ou seja, três anos após a realização do Primeiro Congresso de História Catarinense, comemorativo do Bicentenário da Colonização Açoriana, que teve lugar em Florianópolis, Santa Catarina, em Outubro de 1948 – Manuel de Sousa Menezes publicou o artigo *Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina*, que constitui uma espécie de diálogo com o livro de Oswaldo Rodrigues Cabral, *Os Açorianos*<sup>2</sup>, texto escrito para ser apresentado no referido congresso. Disto me ocuparei mais à frente.

---

\* Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil). Bolseiro da CAPES – Brasília – Brasil. Desenvolve, na Universidade de Coimbra, um projecto de pós-doutoramento, tendo como orientador o Professor Doutor Luís Reis Torgal.

<sup>1</sup> Menezes, Manuel de Sousa, “Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina”. In: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Tipografia Andrade, 1951.

<sup>2</sup> Cabral, Oswaldo Rodrigues, *Os Açorianos*, Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1950.

A leitura deste texto de Manuel Menezes despertou-me o interesse pelo estudo da História da emigração açoriana para o Brasil, no século XVIII. Após haver procedido a vários levantamentos bibliográficos – e ressaltando o artigo acima citado e o de Manuel de Paiva Boléo intitulado *Filologia e História. A Emigração Açoriana para o Brasil*<sup>3</sup> - percebi que a emigração açoriana do século XVIII para o sul do Brasil, praticamente não se constituiu, em Portugal, por um longo período, em objecto de pesquisa nos meios académicos<sup>4</sup>.

Manuel de Paiva Boléo manifesta, no seu texto, interesse pelo estudo do brasileiro, reconhecendo, todavia, as suas limitações neste campo, nomeadamente, quanto à problemática do enquadramento histórico. Neste sentido, apela ao empenhamento dos historiadores portugueses no estudo da temática da emigração açoriana para o Brasil, reclamando, simultaneamente, do Governo português apoio à investigação, a partir de uma quantidade, que considera significativa, de documentos concernentes ao tema existentes em Portugal.

No desenvolvimento da investigação, surpreendeu-me a publicação do *Livro do Primeiro Congresso Açoriano, que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938*<sup>5</sup>, publicado, com o patrocínio da Casa dos Açores, com sede em Lisboa, em 1940, ano “das Comemorações Centenárias da Independência e Restauração de Portugal”<sup>6</sup>, como se destaca numa das suas páginas iniciais. Este mesmo livro teve 2ª. edição em 1995, sem referência àquelas comemo-

---

<sup>3</sup> Boléo, Manuel de Paiva. *Filologia e História. A Emigração Açoriana para o Brasil*, Separata da “Biblos”. Vol. 20, Coimbra, 1945.

<sup>4</sup> No *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* encontrei referência à emigração nos volumes V(1947); VI(1948); VII(1949); VIII(1950); IX(1951); XII(1954). Trata-se de um conjunto de artigos de António Raimundo Belo com o título “Relação dos emigrantes açorianos para os Estados do Brasil, extraída do livro de Registos de Passaporte da Capitania Geral dos Açores e doutras fontes”. É conveniente ressaltar que não se referem à emigração de 1748 para o Sul do Brasil. Saliente-se que a Universidade dos Açores só foi criada em 1976. Entretanto, em Portugal Continental, este assunto não se constituiu em significativo objecto de pesquisa, ressaltando-se o já citado ensaio de Manuel de Paiva Boléo.

<sup>5</sup> *Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938*, Lisboa, Casa dos Açores, 1940

<sup>6</sup> Note-se, porém, que nem o prefácio à 1ª. edição, nem a “nota final” de José Pacheco de Vasconcelos, se referem àquelas comemorações.

rações<sup>7</sup>. O prefaciador desta última edição registou, no final do texto, a data de 25 de Abril, que também é bastante simbólica no universo das lutas políticas em Portugal.

Comemorar, seja através da organização de festas, de congressos, da publicação de livros, da exposição de quadros, de fotografias, entre outras iniciativas, acentua no escritor/leitor/expectador/visitante o desejo de dar visibilidade a tradições culturais e bens materiais que se transfiguraram em patrimónios públicos, operando na dimensão da cultura política, criando e canalizando esperanças; concretizando interesses de alguns e formando “comunidades de sentido” que produzem e absorvem discursos consensuais, mas também se visibilizam dissensões, entre pares e outros.

O Congresso Açoriano de 1938, conforme a escrita que dele se fez, teria sido organizado com competência, articulando diferentes facetas da vida do Arquipélago dos Açores. Lembra-nos José Medeiros Ferreira que o evento se realizou “num dos períodos mais duros da ditadura salazarista, fortalecida pelo decurso da guerra civil em Espanha e pela afirmação de ideologias autoritárias, centralistas e imperiais no continente europeu. Em 1938 todos se preparavam para a guerra”<sup>8</sup>. Apesar deste contexto, a imagem que se tem é a da constituição de um lugar apolíneo onde homens e mulheres aparentavam desinteresse e mostravam erudição. Criou-se todo um sistema de imaginários capaz de mobilizar vontades, de atrair adesões e, neste caso, interessava publicitar, no Continente, os interesses dos Açores. A festa, geralmente, é tomada como um lugar onde Dionísio se instala e contagia. O Congresso é também uma festa, mas tudo estava programado, tudo tinha um lugar e hora para acontecer. A racionalidade imperava. A organização torna-se fundamental.

Este evento, visibilizado em 1940 através da publicação de um livro, constituiu-se numa celebração que evocou o passado com a intenção de conformar e legitimar o que se pretendia instalar no presente. O

---

<sup>7</sup> *Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938*. 2ª, ed., Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995. Este é o 15º. título da Coleção “Autonomia” desta editora. Refira-se, a propósito, que em 1995 se comemorou o primeiro centenário da autonomia dos Açores (Decreto de 2 de Março de 1895).

<sup>8</sup> Ferreira, José Medeiros. “Prefácio”, In *Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, p IX.

espaço continental português deveria reconhecer todo um universo insular, tendo como referente um passado de glória, de feitos épicos, peculiar ao momento áureo de Portugal e da luta pela independência nacional.

A questão a ser perscrutada é da escrita que resultou do evento como consta do já referido livro. Jacques Rancière argumenta que a escrita é “coisa política” no sentido em que esta “pertence à constituição estética da comunidade e se presta, acima de tudo, a alegorizar essa constituição”<sup>9</sup>. Rancière explicita o que entende por constituição estética registando que esta se explicita pela “partilha do sensível”, dando forma à comunidade. Partilha, para o referido autor, significa, primeiramente, “a participação num conjunto comum, e inversamente, a separação, a distribuição dos quinhões”.<sup>10</sup>

Perscruto o evento pela escrita, que é “prática política”, e por ela se pode perceber o desejo dos organizadores do congresso em participar, em ser objecto de preocupações por parte da “nação” portuguesa. Operam, concomitantemente, com a possibilidade de, ao proferirem estes discursos, materializados e divulgados pela escrita, dizerem quem pode e quem não pode ser genuinamente açoriano, o que faz e o que não faz parte das tradições culturais insulares, (re)significando práticas culturais. Neste caso, a cultura é visibilizada pela prática da (re)escrita da História.

Trabalho, então, com a dimensão colectiva da cultura política expressa na publicação de um livro – o do Primeiro Congresso Açoriano, de 1938 – que se preocupa com a escrita da memória, criando “documento/monumento”, descortinando lutas políticas. Isto porque a dimensão colectiva da cultura política “fornece uma chave que permite compreender a coesão de grupos organizados à volta de uma cultura. Factor de comunhão de seus membros, ela fá-los tomar parte colectivamente numa visão comum do mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica do futuro, em normas, crenças, valores que constituem um património indivisivo, fornecendo-lhes, para exprimir isto, um vocabulário, símbolos, gestos, até canções que constituem um verdadeiro ritual”<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> Rancière, Jacques. *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 7.

<sup>10</sup> Idem, p. 7

<sup>11</sup> Bernstein, Serge. A Cultura Política. Apud. RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. Orgs. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 363.

A realização, em Lisboa, do Congresso Açoriano de 1938 assume relevo político, na medida em que despertou a mobilização de forças e recursos essenciais à sua concretização. Objectivava-se divulgar os interesses das ilhas açorianas, através de conferências, de festas, de exposições, canalizando energias no sentido de mostrar à “nação” portuguesa a importância do Arquipélago dos Açores. Era preciso, na concepção dos organizadores do Congresso, *trazer os Açores para Lisboa*. Evidentemente que não se constituiu num evento que tivesse partido de todo o povo, mas sim de determinadas pessoas que falavam em nome dos insulanos, produzindo discursos consensuais, pois havia que ter em consideração que, desde os finais do século XIX e durante primeira República, as discussões foram marcadas pela polifonia. Acreditava-se, assim, que a realização do congresso poderia dirimir dissensões, bem notórias, nomeadamente, durante as duas primeiras décadas após a implantação do regime republicano. Politicamente, a presença dos Açores em Lisboa significaria a manifestação dos anseios de partilha mais justa das verbas do erário público, sem descurar a problemática autonomista<sup>12</sup>, embora “considerar possível a autonomia dos Açores dentro de qualquer regime político português como mera decorrência da aplicação de salutar princípios de descentralização administrativa [tenha sido] uma ilusão que se apoderou de muitos espíritos quando foi derrubada a democracia parlamentar pelo golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 e mesmo quando a Ditadura Militar deu origem à Ditadura Nacional e esta ao Estado Novo saído da Constituição de 1933”<sup>13</sup>.

Numa das primeiras páginas das actas do Congresso, regista-se que estas foram publicadas no ano das comemorações centenárias da Independência e Restauração de Portugal, se bem que, como já se referiu<sup>14</sup>, não se verifique a existência de qualquer referência a esta circunstância no prefácio e no interior do livro. A escrita, pois, conferiu visibilidade ao evento,

---

<sup>12</sup> José de Medeiros Ferreira salienta, no entanto, o facto de “não abundar a discussão sobre questões políticas, institucionais ou até administrativas no decurso do Primeiro Congresso Açoriano”. Ferreira, José Medeiros, “Prefácio”, in: *Livro do Primeiro Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de maio de 1938*. Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, p. XI

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. X.

<sup>14</sup> Cf. nota 8

através da edição de um livro, num momento muito específico da História de Portugal continental e também da região insular. O livro constitui, pois, um lugar e um veículo de memória que se agregou à “invenção” de um facto comemorativo, prene de conotações políticas que se imbricavam no nacionalismo ufanista do regime salazarista. Para Luís Reis Torgal, “o duplo centenário da Fundação da Nacionalidade e da Restauração, ocorrido em 1940 (ano áureo, como então se apelidou), é um exemplo típico da história (passado) ao serviço da história (presente): procura fortificar a ideia de um Estado forte, uno, corporativo, cristão, imperial, nacionalista, sem diversidades partidárias. Depois dos Centenários de Camões e do Marquês de Pombal [...], é sem dúvida a maior comemoração histórica que já se realizou em Portugal”<sup>15</sup>.

Dessa forma, os protagonistas do evento de 1938 criam lugares de memória, enredando pessoas, levantando e resignificando tradições e factos cuja significação, se não lhes é dado perceber, urge que se interprete, se atribua significados, com os olhares ou com os interesses que se tem no presente. Homens e mulheres reunidos no Congresso de 1938 estabeleceram, nesta experiência vivida, toda uma linguagem simbólica, edificando, com suas práticas discursivas, um sistema de imaginário, constituindo cultura política, na medida em que desejavam fazer a leitura comum do passado com a finalidade da construção de um futuro, sendo este urdido e vivido pelo colectivo.

Das práticas comemorativas resulta, frequentemente, toda uma política cultural para criar “lugares” de memória. A edição de medalhas, a inauguração de estátuas, a mudança de nomes de ruas e praças, a publicação de fontes, a edição de obras sobre factos que se consideram relevantes, a organização de exposições iconográficas, documentais e bibliográficas, a realização de congressos e de sessões solenes – integram, amiúde, os programas deste tipo de realizações. As comemorações do segundo centenário da chegada dos primeiros “casais” açorianos a Santa Catarina, Brasil, aproximam-se – com as naturais cambiantes – deste modelo comemorativo.

De facto, em 1948, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina promoveu o Primeiro Congresso de História Catarinense comemorativo daquele evento. Ora, para Jacques Le Goff, “...a maré da comemoração é sobretudo um apanágio dos conservadores e ainda mais dos nacionalis-

---

<sup>15</sup> Torgal, Luís Reis, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989, p. 32

tas, para quem a memória é um objectivo e um instrumento de governo”<sup>16</sup>. Podemos entender, então, que o discurso histórico pode ser visto como uma cerimónia falada, escrita que produz na realidade um efeito de poder, justificando ou reforçando o existente ou fazendo contraposição. A História, a exemplo dos rituais, das consagrações, dos funerais, das cerimónias, das narrações lendárias coloca-se como operadora e intensificadora do poder<sup>17</sup>.

Segundo a nota introdutória que consta do *Livro do Congresso Açoriano* de 1938, intitulada “Como nasceu o Congresso”, da autoria de Carreiro da Costa, a ideia da realização de um congresso que falasse da problemática das Ilhas que compõem o Arquipélago remonta ao ano de 1908. Os jornais, segundo o autor, divulgavam a ideia mas não se concretizava o facto. Somente após a Primeira Guerra Mundial é que a ideia terá tomado novo fulgor, com a criação do Grémio Açoriano, com sede em Lisboa, possibilitando, assim, a materialização do objectivo pretendido.

Em várias passagens do seu texto, o autor aponta as pretensões dos organizadores do Congresso. Assim, reportando-se aos tempos iniciais de debate sobre a possibilidade de realização de um evento daquela natureza, Carreiro da Costa salienta: “esse congresso apenas se limitava a ser uma aspiração circunscrita às condições desse tempo, sendo as pretensões açorianas formuladas dentro da chamada autonomia administrativa ou, mais propriamente, dentro de uma descentralização dos serviços públicos”<sup>18</sup>. Com efeito, a autonomia dos Açores vem sendo problematizada, pelo menos, desde os finais do século XIX. A primeira autonomia, segundo José Medeiros Ferreira, deu-se com o decreto de 2 de Março de 1895 e continuou durante todo o período final da Monarquia Constitucional<sup>19</sup>,

---

<sup>16</sup> Le Goff, Jacques, “Memória”, in *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 38.

<sup>17</sup> É bom lembrar que os historiadores têm voltado suas atenções para o estudo da criação de lugares de memória, a exemplo de Pierre Nora e Jacques Le Goff, que discutem a relação entre História e memória; Michell Vovelle e Mona Ozouf que se têm preocupado, entre outras coisas com as festas, e também Roger Chartier que discute o papel da criação de representações na sociedade.

<sup>18</sup> Costa, Carreiro, “Como nasceu o primeiro Congresso Açoreano”, in *Livro do Congresso Açoreano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de maio de 1938*, Lisboa, Casa dos Açores, 1940, p. 18.

<sup>19</sup> Ferreira, José Medeiros, “A autonomia dos Açores e os Regimes Políticos em Portugal”, *Ler História*, 31 (1996), p. 157

não tendo a implantação da República comprometido a prática autonomista. O governo de António de Oliveira Salazar investiu, pelo contrário, no desmantelamento desta experiência político-administrativa

Saliente-se, por outro lado, o facto de os congressistas actuarem num campo marcado por rivalidades entre as ilhas. Conforme salientava, em 1920, Luís Ribeiro, eram notórias as dissemelhanças quanto ao investimento público nas diversas ilhas:

“A principio sujeito todo o Arquipélago ao Governo da Terceira, que estava longe de ser o que devia, depois dependentes do governo dos distritos, – as ilhas mais pequenas ou menos importantes estão numa injustíssima situação de inferioridade e quase abandono, em relação às que são cabeças de distritos. Enquanto que, por exemplo, na Terceira abundam os chafarizes públicos e as estradas a cortam em todas as direcções, a população da Graciosa tem falta de água em grande parte do ano, pelo mau aproveitamento das nascentes e deficiente canalização; e São Jorge, cujo terreno é vulcânico e pedregoso, em muitos lugares de difícil trânsito, está incompletamente servida de vias de comunicação. O espírito regional, em vez de se referir ao Arquipélago, circunscreve-se cada ilha – daí vem o desprezo pelos interesses comuns, que ficam abandonados, e a falta de união, que só nos pode ser prejudicial”<sup>20</sup>.

A reunião, em Lisboa, destes homens ilustres, não se terá verificado de forma desinteressada: jogos de poder mobilizavam-nos no sentido da realização deste evento, onde se criaram lugares de memória, “actores fundantes”, mitos de origem – em suma, se reforçaram imaginários, entre eles o da açorianidade.

---

<sup>20</sup> Ribeiro, Luís, “Interesses Açoreanos”, in Cordeiro, Carlos, org. *Na senda da Identidade Açoriana. Antologia de textos do Correio dos Açores*, Ponta Delgada, Gráfica Açoreana, 1995, p. 16.



Não será, certamente, prudente precisar uma baliza cronológica fixa relativamente ao despertar do discurso em torno da construção de uma identidade açoriana, na medida em que este, naturalmente, surgiu em diferentes épocas e com motivações diversas<sup>21</sup>.

Segundo Carreiro da Costa, as grandes preocupações que estiveram na base da insistência na promoção do Congresso Açoriano giravam em torno da Geografia física, política e humana que, na percepção dos protagonistas, estavam fortemente ligadas à vida dos Açores; na importância estratégica do arquipélago e no interesse no desenvolvimento da Meteorologia para o desenvolvimento da navegação intercontinental. A fauna e a flora insulares constituíam outra área de interesse pois, “dada a originalidade do clima açórico, os Açores eram campo aberto a todas as espécies animais e vegetais, oriundas das mais variadas ambiências climáticas”. A etnografia e o folclore, pelo que representavam na tradição popular, e “como fonte de inspiração”, seriam, igualmente, motivo de estudo. Uma outra preocupação assentava na necessidade de investigação desse “passado glorioso”, onde ecoava ainda “o clamor épico das descobertas e das conquistas” que se ocultava “nos inéditos, cheios de pó, das bibliotecas onde muito havia que investigar e conhecer”<sup>22</sup>.

Carreiro da Costa destaca, ainda, a problemática da descentralização administrativa, ainda que este aspecto não tenha alcançado grande relevo no conjunto das comunicações ao Congresso. Acompanhando o pensamento de Armando Narciso, o autor defende que a organização dos Açores tinha que se definir por se encontrarem “numa condição muito especial, numa situação intermediária entre as províncias continentais e as províncias ultramarinas. Daqui, carecerem uma orgânica especial, pois precisavam duma certa autonomia administrativa, há já muito reconhecida pelos poderes centrais, mas que nunca chegou a adquirir o verdadeiro e justo equilíbrio”<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> Ver Cordeiro, Carlos Alberto da Costa, *Nacionalismo, Regionalismo e Autoritarismo nos Açores durante a I República*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1998. (Tese de Doutoramento). O autor mostra, com riqueza de dados, que, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a literatura e os jornais já problematizavam esta questão.

<sup>22</sup> Armando Narciso, cit. in Costa, Carreiro, “Como nasceu o primeiro Congresso Açoreano”, in *Livro do Primeiro Congresso Açoreano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de maio de 1938*, Lisboa, Casa dos Açores, 1940, pp, 23-24.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 23

Nestes termos as actas do Congresso reafirmam a constituição estética da comunidade objectivando concretizar a partilha do sensível. Os habitantes dos Açores, na perspectiva de alguns dos intervenientes, partilhavam a proposta dos “Açores unidos”, da açorianidade, mas teriam que enfrentar a oposição expressa nas práticas políticas centralizadoras do Estado Novo Português que se propunha tudo controlar, mas ao mesmo tempo fabricava um jogo onde o dizer não ou vetar fortalecia o seu *status* autoritário, criando possibilidades de sustentação e continuidade.

Outras questões estiveram em discussão, como o fomento das obras públicas, a agricultura e a pecuária, a indústria do turismo, as comunicações e os transportes marítimos, a assistência social. Não é meu intento, neste texto, analisar todos os artigos que constam do livro. Escolhi alguns que falam, principalmente, da identidade açoriana, imbricando-os com textos que se reportam à emigração.

No primeiro dia, 8 de Maio, os congressistas vindos dos Açores, bem como excursionistas em digressão a Fátima, foram recebidos, no Cais do Sodré, pelos membros da Comissão Organizadora do Congresso. Nesse mesmo dia, foi inaugurada uma exposição de fotografia, bem como a Feira do Livro Açoriano. As actas do Congresso Açoriano registam esses acontecimentos e transcrevem as palestras proferidas, na ocasião, por Armando Narciso – *Panorama e Cenários Açoreanos* – e por Hugo Rocha – *Os Açores na obra de alguns poetas açoreanos da actualidade*.

Hugo Rocha, jornalista continental, inicia sua conferência afirmando: “se Portugal é, como se diz – e é verdade – um país de poetas, é ao mar que cabe a responsabilidade principal – e não ao céu e não ao clima<sup>24</sup>”. Hugo Rocha faz uso ou apela para este imaginário para afirmar, de maneira especial, o pendor poético dos habitantes do Arquipélago. Vivendo num “*hinterland*, relativamente, reduzido”, os açorianos estariam “mais sujeitos a essa influência marítima, e consequentemente, o seu temperamento poético [seria] mais acentuado”<sup>25</sup>.

Para Hugo Rocha, os habitantes dos Açores seriam portadores de sentimentos graves, como a “vaga melancolia”, a “aspiração

---

<sup>24</sup> Rocha, Hugo, “Os Açores na obra de alguns poetas açoreanos da actualidade”, in *Livro do Primeiro Congresso Açoreano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938*, Lisboa, Casa dos Açores, 1940, p. 35

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 38

indefinível”, a “saudade”. Os primeiros habitantes das ilhas haviam transportado consigo o mais português de todos os sentimentos – a saudade. Baseando-se em Diogo Gomes de Sintra, o autor defende que:

“vivendo em cabanas construídas com ramos de árvores ou em cavernas naturalmente talhadas na rocha, assaltados por ventos e tempestades, ouvindo o constante e monótono bramido do mar, de quando em vez alarmados por abalos sísmicos ou erupções vulcânicas, a lembrança da casinha tranquila e confortável na província natal deveria estar sempre presente ao espírito dessa gente rude e aventureira. Daí a saudade do tempo passado, que se transmitiu à gerações que se lhe seguiram, um tanto imprecisa e vaga...mas assaz forte para fazer da saudade um dos sentimentos mais profundos e mais característicos que impregnam a maior parte da poesia popular. Não morreram de saudade, mas viveram de saudade<sup>26</sup>.

Na busca de exemplos maiores da alma poética açoriana, Hugo Rocha lança Antero de Quental como exemplo, e, valendo-se de um autor brasileiro, Pinto da Rocha, citado por Gervásio Lima “nessa obra admirável e salutar que é *A Pátria Açoriana*”, defende que Antero “tinha a altura do Pico, a graça da Graciosa, o heroísmo de Angra, a fecundidade da Horta, a tristeza do Corvo, a fé de Santa Maria, a galhardia de São Miguel, a bravura de São Jorge, a sombra do Faial, a austeridade da Terceira, o homem que era a síntese poética do seu arquipélago, como Teófilo, o mestre de trinta gerações, é a síntese histórica das vossas ilhas<sup>27</sup>” No texto desfilam outros autores com poesias que Hugo Rocha considera serem produtoras de representações acerca do açorianismo, em que a tonalidade é conferida pela saudade e o carácter bucólico da paisagem.

Percebe-se, no entanto, que a busca da identidade açoriana esbarra em vozes dissonantes, na luta para fazer valer a homogeneidade. Em determinada passagem do seu texto, o autor refere-se à canção popular, destacando: “os

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 38

mais célebres cantadores e improvisadores populares, principalmente das ilhas de São Miguel e Terceira, têm fornecido o folclore açoriano de versos mordazes e zombeteiros, como não se encontram iguais, por certo, em todo o folclore nacional”. Referenciando alguns exemplos de improvisadores terceirenses, Hugo Rocha defende não ser o gênero de cantoria popular de improviso “As Velhas” – poesia “jocosa, maledicente e blasfema” – o característico da poesia popular açoriana. E adianta: “com Gervásio Lima, prefiro ‘A Saudade’ para tipo cancional mais representativo dos Açores”<sup>28</sup>. Estava, certamente, em curso aquilo que Heloísa Paulo sublinha como “a acção dos órgãos de propaganda do Estado Novo, SPN e o SNI, Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo”, com o objectivo de elaborar “uma determinada imagem-tipo do ‘ser português’, [...] construída a partir de uma gama de referências da chamada cultura popular”<sup>29</sup>. Não deixando de ser “um trabalho que pressupõe uma interacção e conhecimento das manifestações populares, ou ainda, da psicologia e expectativas do ‘povo’ em relação ao que vai assistir ou participar, cuidando que toda esta acção se coadune com os pressupostos ideológicos do regime”<sup>30</sup>. Parece, então, que as “limpezas” já estariam a ser feitas nos Açores – nada poderia macular a imagem que se pretendia construir de um país ordeiro, disciplinado, cristão/católico e civilizado.

Na quarta sessão de trabalho – História e Tradição, Etnografia e Folclore, Literatura e Arte – os congressistas patenteiam, nas suas comunicações, que tive-

---

<sup>28</sup> *Ibidem*, p.55.

22-O autor fazia referência a seguinte poesia popular: “Fui em busca de uma velha/ Que se chamava D. Amélia /P’ra fazer uma guizadinha./ Depois do guizado feito./ Puz-lhe um cravinho no peito:/ Anda cá, meu amorzinho/ Veio a velha para a casa,/ A rezar Ave-Maria./ Já lhe dei quinhentos beijos/ e ela nunca se enfastia /Vi uma dança de velhas/ Ó que coisa tão catita!/ Na rua de São João/ Todas vestidas à moda,/ Davam pulinhos à roda /Sem toca com o pé no chão./ Elas tocavam viola./ Rabeca e cavaquinho./ E quando a mestra apitava/ Todas davam um saltinho”.

**A Saudade:** A saudade é um luto/ Uma dor, uma paixão/ É um cortinado roxo/ Que me cobre o coração/ São tantas as saudades/ Que nem as posso contar/ São tantas como as estrelas/ Como as areias do mar/ Todos os males se curam/ Com remédios da botica/ só as saudades não;/ Quem as tem com elas fica/ Eu fui chorar saudades/ Ao pé de uma fonte fria/ Era mais o que eu chorava/ Do que a água que corria. (*Ibidem*, pp. 55-56).

<sup>29</sup> Paulo, Heloísa. “‘Vida e Arte do Povo Português’. Uma visão da sociedade segundo a propaganda oficial do Estado Novo”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 16 (1994) p. 106.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 106

ram a preocupação de remexer em arquivos, em busca de documentos que confirmassem primazias, feitos heróicos e mitos de origem. Assim, uma das primeiras comunicações tratou do aparecimento das ilhas nos portulanos dos séculos XIV e XV. A segunda comunicação atribui aos portugueses dos tempos semi-bárbaros da 1.ª Dinastia a prioridade dos descobrimentos atlânticos. O Dr. António Ferreira Serpa sustenta, apoiando-se em diversos documentos, que não procede a afirmação de Martim Behaim de que a Ilha do Faial fora cedida pelo Rei de Portugal à Duquesa de Borgonha, Isabel, que, por sua vez as teria doado ao seu saquiteiro, José de Hurtere, flamengo. As conferências seguintes giraram em torno da fundação de cidades, das razões da atribuição de nomes, da mulher açoreana, que é representada como sendo “sóbria e austera, modesta e trabalhadora, casta, amorável, carinhosa, fiel, inteligente e empreendedora<sup>31</sup>”.

Noutras comunicações desfilam nomes de pessoas que foram elevadas à condição de ilustres e as suas contribuições trazidas à tona pelos conferencistas. Encontram-se, igualmente, textos que se referem a igrejas, ao folclore, aos museus, à música regional, à poesia popular. Nas intervenções dos conferencistas, produzidas no meio a olhares selectivos, como não poderia deixar de ser, as ilhas reluzem de encantos, sejam da natureza, sejam das manifestações culturais dos seus habitantes.

Em curso está o desejo destes homens e mulheres, estas em pequeno número, de criar padrões culturais homogeneizadores e de direccionar vontades num mesmo sentido, apontando, é claro, para a defesa, junto do governo central, das reivindicações desta parcela, que se divulga como homogénea, da população portuguesa. Neste desejo de enredar pessoas para uma causa que parecia de todos, a História, tida como mãe e mestra, serviu para classificar e desclassificar, atribuir *status* de usos e abusos e levou para o Olimpo homens e mulheres que, nas relações sociais que estabeleceram, construíram condições para serem alçados ao poder e objectos de comemoração, o que diversos conferencistas atribuíam à influência das condições naturais e mesmo à intervenção da Providência Divina. Estes homens ilustres falam em nome de todos e dizem expressar a vontade e os anseios do povo. Geneviève Bollème captou com mestria os usos que os intelectuais fazem quando registam a voz do povo: “Admito, o povo só escreve, só fala à margem, de con-

---

<sup>31</sup> Ferreira, Padre Ernesto, “A mulher açoriana no seu espírito e na sua acção”, in *Livro do Primeiro Congresso Açoreano*, p. 162.

trabando, através das grades de perguntas: é desvelado por arquivos penais com os quais os escritores fazem livros; sofre sempre o mesmo enquadramento de um leitor-narrador-prospector-inquisidor, e também historiador”.

Na décima sexta sessão surgem comunicações acerca da emigração açoriana. Não se refere a emigração numa época específica, pois a abordagem é feita termos gerais numa discursividade que remete o leitor para a compreensão desta constante da História insular como resultante do espírito natural de disponibilidade do açoriano perante o facto de ter que emigrar<sup>32</sup>. Regista-se que a tendência do povo açoriano para a emigração se deve não tanto ao espírito de aventura, mas à necessidade de busca de um trabalho bem remunerado, mesmo que isto lhe custasse dissabores, exigisse tenacidade e capacidade de adaptação às dificuldades e às contrariedades da vida<sup>33</sup>. Uma dessas dificuldades – a aprendizagem do Inglês, para os emigrantes com destino aos Estados Unidos – seria ultrapassada, sem problemas significativos e com galhardia. Os emigrantes para os Estados Unidos são considerados destemidos, fortes e inteligentes.

Quanto à emigração para o Brasil, o autor associa-a ao reinado de D. João V, aquando da fundação de uma colónia no extremo sul do País – a actual Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul – com 400 almas, que teriam ido das ilhas açorianas.<sup>34</sup> Numa linguagem laudatória, o autor associa gauchismo e açorianismo: “o denodo do gaúcho, o seu desembaraço, a sua estatura máscula, o espírito de independência e o bom cumprimento dos deveres, em parte se devem à mistura de sangue ilhéu desses açorianos afoitos que foram mar afora e sabe Deus como, fundar novos reinos”<sup>35</sup>.

Nesse jogo de ideologia regionalista, presente em alguns países da Europa no começo do século e no Brasil durante a “Era de Vargas”, o gaúcho passa a ser adjectivo gentílico; o elemento açoreano, numa interpretação eugénica do autor, é considerado da maior relevância, pois teria con-

---

<sup>32</sup> *Décima Sexta Secção de Trabalhos sobre a Emigração Açoriana*.1 – “Açorianos emigrados na América do Norte”: Prof. Jorge Monjardino; 2 – “A Emigração no distrito de Angra”: Câmara Municipal de Angra do Heroísmo; 3 – “Emigração da Gente de São Jorge”: Martins Ferreira; 4 – “Os Açores e as Colónias”: Coelho Borges; 5 – “Expansão Insular”: Celestino Soares; 6 – “Problemas da Colonização”: Henrique Galvão; 7 – “Colonização e Emigração”: Prof. Armando Narciso.

<sup>33</sup> Monjardino, Jorge. “Açorianos emigrados na América do Norte e no Brasil”, in *Livro do Primeiro Congresso Açoreano*, p. 681.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 684

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 684.

tribuído para a “edificação” do gaúcho macho e destemido. No respeitante à emigração para o Brasil, o autor só referencia o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro. A emigração para Santa Catarina, que se verifica na segunda metade do século XVIII, não se constituiu em objecto de estudo.

Diversos autores, ao abordarem a questão da emigração, mostram-se preocupados com a existência, nos Açores, problemas sócio-económicos que seria necessário resolver. Neste sentido, enfatizam a proibição da entrada de imigrantes, adoptada pelos Estados Unidos, como sendo uma das grandes dificuldades que enfrentava a sociedade açoriana da época. Um dos representantes da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo assinalou que:

1º.) a emigração é um fenómeno demográfico normal nos Açores;

2º.) a sua cessação traz perturbações graves à economia insular;

3º.) o destino mais conveniente da corrente emigratória é a América do Norte;

4º.) urge providenciar no sentido de restabelecer a saída de gente do arquipélago, diligenciando-se obter a permissão da entrada de açorianos nos Estados Unidos;

5º.) que essas diligências deverão ser feitas perante as estações oficiais portuguesas e americanas, directamente por via diplomática, e indirectamente por intermédio da nossa colónia naquele país<sup>36</sup>.

Estas conclusões do representante da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo dão que pensar, nomeadamente, quanto à “normalidade” deste fenómeno demográfico e às “perturbações” que o interregno da emigração para os Estados Unidos causava à economia insular.

António Ferreira Martins, presidente da Câmara Municipal de Calheta – S. Jorge, propõe uma solução muito peculiar à “mística imperial”<sup>37</sup> que se

---

<sup>36</sup> *Livro do Primeiro Congresso Açoriano*, p. 689.

<sup>37</sup> V., a propósito, p. exº., Silva, Rui Ferreira, “Sob o Signo do Império”, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII da *Nova História de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, p. 370.

vivia em Portugal e à preocupação com a emigração branca para as dependências ultramarinas portuguesas, que atravessou toda a década de 30: "Só há – defende – um caminho a seguir: intensificar uma propaganda a favor da emigração para a África<sup>38</sup>". Nesta perspectiva, a pobreza e a injustiça social pareciam não serem passíveis de soluções que não a da emigração.

A publicação do livro, em 1940, possibilitou, aos protagonistas do Congresso Açoriano, dar visibilidade aos interesses açorianos, num momento em que Lisboa se encontrava em festa com as comemorações do "Duplo Centenário", que incluíam a realização do Congresso do Mundo Português. Neste evento, o arquipélago dos Açores não teve oportunidade de divulgar convenientemente os seus interesses políticos ou as suas especificidades culturais. No entanto, a realização do Congresso Açoriano de 1938, a escrita que dele resultou e os contactos estabelecidos pelos organizadores permitiram o surgimento de desdobramentos do evento, por exemplo, no Brasil. Hugo Rocha, um dos participantes no Congresso, mantinha fortes relações com o Brasil, principalmente, no seu afã de cristalizar a chamada "amizade luso-brasileira", tendo chegado a organizar, na cidade do Porto, o grupo de Estudos Brasileiros<sup>29</sup>.

Ora, desde o século XIX, assiste-se, no Brasil, à emergência de um tipo de discurso, quer na Literatura, quer na Historiografia, que visava positivar e fixar a herança portuguesa. Este "investimento" teve, porém, como contraponto, durante a primeira República, a intervenção de vários intelectuais que se opunham às ligações literárias, políticas e económicas com Portugal<sup>40</sup>.

Nos anos 30, no Brasil, os intelectuais mantêm como preocupação das suas investigações a busca de uma identidade para o Brasil, passando o Brasil-Colónia a emergir como elemento basilar na produção do discurso "identificador". A herança de hábitos e costumes portugueses, a política administrativa, a economia, a língua constituem-se, então, em objecto de aceras discussões. O acalorado debate entre defensores da perenidade desta herança e os que a desqualificavam suscita, por exemplo, o estabelecimento de comparações com outros países como, entre outros, a Inglaterra, a Espanha e a França.

---

<sup>38</sup> Ferreira, António Martins, "Emigração da gente de São Jorge", in *Livro do Primeiro Congresso Açoriano*, p. 690.

<sup>39</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lda, pp. 842-843.

<sup>40</sup> Ver sobre esta questão: Oliveira, Lúcia Lippi, *A Questão Nacional na Primeira República*, São Paulo, Brasiliense, 1990.



Em 1902, ainda, pois, no tempo da I República, Sílvio Romero escreve um texto, a partir de uma conferência proferida no Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, em que demonstra a necessidade de o povo brasileiro se ligar cada vez mais ao passado português como forma de evitar as investidas imperialistas dos alemães e italianos<sup>41</sup>. Gilberto Freire, em 1933, já, portanto, na “Era de Vargas”, assume uma posição laudatória no que se refere aos portugueses, salientando, entre outras questões, a prática da miscigenação e as suas capacidades de mobilidade e adaptabilidade às novas realidades que encontravam nas colónias, destacando-os positivamente na relação com outros povos colonizadores<sup>42</sup>. Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, escrito em 1933, mantém uma postura não laudatória quanto à herança portuguesa, estabelecendo a comparação entre Portugal e Espanha no respeitante à colonização. Nos espanhóis descortina o emprego da racionalidade: as suas práticas “são um acto definido da vontade humana”; nos portugueses, defende, a “rotina e não a razão abstracta foi o princípio que os norteou, nesta [edificação de cidades] como em tantas outras expressões de sua actividade colonizadora”<sup>43</sup>. Paulo Prado, por seu lado, representa os portugueses como ambiciosos pelo ouro e portadores de uma sensualidade livre e infrene”<sup>44</sup>.

Neste contexto, aliado ao propósito de comemorar o segundo centenário da colonização açoriana do sul do Brasil, ao desejo de firmar uma identidade brasileira que tivesse como fundamento a herança portuguesa e às repercussões do Acordo Cultural Luso-Brasileiro<sup>45</sup>, é rea-

---

<sup>41</sup> Romero, Sylvio, *O elemento português no Brasil*, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1902.

<sup>42</sup> Freire, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, 34ª. Edição, São Paulo, Editora Record, 1998.

<sup>43</sup> Holanda, Sérgio Buarque, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.

<sup>44</sup> Prado, Paulo, *Retrato do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

<sup>45</sup> Segundo Heloisa Paulo, o “Acordo Cultural Luso-Brasileiro, foi firmado entre o Secretariado de Propaganda Nacional e o Departamento de Imprensa e Propaganda, a 4 de Setembro de 1941, no Palácio do Catete, sede do governo, no Rio de Janeiro, pelo director do órgão português, e por Lourival Fontes, director da instituição brasileira. Nos três artigos, que compõem o documento, são previstas, entre outras: a realização de um intercâmbio de publicações, a criação de uma revista denominada *Atlântico*, mantida pelos dois organismos, com a colaboração de escritores e jornalistas portugueses e brasileiros, a troca de propaganda, de informações, de emissões de rádio, documentários cinematográficos, comemorações recíprocas e estudos do folclore brasileiro.(Paulo, Heloisa, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Livraria Minerva, 1994, pp. 167-168)

lizado, em 1948, em Santa Catarina, o Primeiro Congresso de História Catarinense em comemoração do bicentenário da Colonização Açoriana. Neste Congresso, em que se projectava o estudo do povoamento açoriano, participaram intelectuais brasileiros, mais precisamente do sul do país, e também de Portugal. Discutiu-se o processo de emigração e a contribuição cultural dos açorianos estabelecidos no Brasil, com destaque para o litoral de Santa Catarina. Nestes debates, estavam presentes questões de ordem política, na medida em que se imputava aos açorianos o papel de colonizadores e de construtores do espaço socio-cultural de Santa Catarina, em contraposição aos alemães e italianos aos quais era atribuído o papel de arautos da industrialização<sup>46</sup>. O açoreano é, então, visto como:

“o soldado do heróico e valoroso Regimento de Linha da Ilha de Santa Catarina; foi um marinheiro que varejou os nossos mares, com sua audácia e com seu destemor; foi quem desembainhou a espada pela mão de um Polidoro, de um Fernando Machado, de um Xavier de Souza, que colheu glórias pela bravura de um Osório. Foi quem pisou o convés de quilhas imperiais e quem abriu o fogo das baterias das cascas de nozes garibaldinas; foi quem cantou pela lira de um Marcelino Dutra e de um Quintanilha; quem serviu sua terra por um Jerónimo Coelho, por um Silveira de Sousa e por um Melo e Alvim; e foi quem andou a esmolar para os pobres e desgraçados, pela mão de um irmão Joaquim, semeador de casas de assistência por este Brasil afora... Deu tudo de si – e dele cabe-nos um legítimo sentimento de orgulho, pois foi pai de heróis e de poetas, antepassado de músicos e muitos santos”<sup>47</sup>.

A configuração de uma identidade não é um evento isolado. O pós-I Guerra Mundial é bastante produtivo em termos de realização de eventos susceptíveis de dar guarida e visibilidade a intenções político-culturais confor-

---

<sup>46</sup> Flores, Maria Bernardete Ramos, *A Farra do Boi: palavras, sentidos, ficções*, Florianópolis, UFSC, 1997.

<sup>47</sup> Boléo, Manuel de Paiva, Coimbra, 1953.

madoras de identidades. Estas questões assumiam especial relevo em regimes fortemente nacionalistas como o nazi, o fascista, o salazarista, o franquista, o getulista que, certamente, operavam exclusões. Seriam as práticas culturais dos descendente de africanos, nascidos em Portugal ou no Brasil, consideradas como parte integrante da identidade portuguesa ou brasileira?

Um artigo publicado, em 1919, no jornal socialista *O Protesto*, de Ponta Delgada, possibilita inferir a dimensão da permanência da “vocaçãõ” colonialista e, acrescentamos, racista<sup>48</sup>: “Não! Nós não consentimos que nos vendam como quem vende um bando de pretos, porque não somos pretos, não pertencemos à África”<sup>49</sup>. Podiam, naturalmente, levantar-se algumas questões relativamente a esta posição assumida por um colaborador do jornal como, por exemplo: caso fossem pretos nada impediria de serem vendidos? Se pertencessem à África também não haveria problemas? Porquê referir-se aos pretos, enquanto objecto de venda, sem discutir esta prática?

Nesta perspectiva, realizar congressos da envergadura do açoriano de 1938 e do catarinense de 1948 pode ser entendido como a procura de criação de “comunidades de sentido” para edificar consensos, essenciais à afirmação e desenvolvimento das políticas nacionalistas. Assim, há que seleccionar factos, datas, personalidades, motivos, público, local, projectando alvos e sonhos que objectivam preparar o futuro.

Um dos livros de envergadura, publicado na sequência do Congresso de 1948, em Santa Catarina, foi o de Oswaldo Rodrigues Cabral, *Os*

---

<sup>48</sup> “A esta vocação colonial civilizadora subjazia, naturalmente, a concepção da superioridade do homem branco face ao “indígena” ou ao “preto”. Realidade que tendeu a ser entendida mais em termos etnocêntricos, de superioridade civilizacional, por parte dos coloniais republicanos como Norton de Matos, e sobretudo de superioridade racial, no quadro das teses do darwinismo social, nos políticos e estratégias coloniais do Estado Novo, como Armindo Monteiro. Em ambos os casos, e seguramente até aos anos 50, é de um desenvolvimento rigorosamente separado entre brancos e indígenas que se trata: “o negro é o outro”, a força de trabalho, o consumidor de bens que os brancos lhe vendem...”(ROSAS, Fernando, “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial”, in *Revista de História das Idéias*, Vol. 17, (1995).

<sup>49</sup> Apud Cordeiro, Carlos Alberto da Costa, *Nacionalismo, regionalismo e autoritarismo nos Açores durante a I República*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1998. p. 363 (Tese de Doutoramento). Esta declaração, segundo o autor da Tese citada deve-se ao facto da “situação política internacional do pós-guerra e a posição estratégica dos Açores levaram os socialistas a descortinar movimentações no sentido do arquipélago poder ser integrado nos Estados Unidos e, principalmente, no Reino Unido”.

*Açorianos*, memória apresentada ao Congresso e, depois, publicada em separata. Nesta obra os açorianos são erigidos à categoria de colonizadores. O autor procura mostrar o carácter organizacional da “empresa”, mostra também a política e os descasos do poder constituído em Santa Catarina e, ainda, a falta de pendor para a agricultura dos açorianos que emigraram para Santa Catarina. Além disso, contrapõe-se ao discurso desclassificador que defendia a ideia do fracasso do povoamento açoriano pelas características, como a indolência e a falta de espírito de iniciativa, que seriam comuns a esses imigrantes. Numa passagem desta obra de Cabral, podemos ler: “estava, assim, dado o primeiro passo para o povoamento do extremo sul do Brasil pelos colonos açorianos, aquela gente inigualável para a missão de radicar nas terras novas a consciência lidimamente portuguesa como elas exigiam”<sup>50</sup>. O autor enfatiza, pois, o carácter pioneiro dos açorianos no que tange ao povoamento do sul do país e re-significa a presença destes, enquanto garantes da continuidade da cultura lusa nas possessões portuguesas. De certa forma, busca conformar uma identidade, definindo-a como portuguesa, e, por extensão, esta é atribuída ao povo do Estado Santa de Catarina que se apresenta, todavia, heterogéneo em termos de composição étnica e, por conseguinte, plural relativamente aos valores culturais.

Cada capítulo do livro de Cabral abre com uma epígrafe, tendo como fonte de referência a Bíblia. Assim, no primeiro capítulo, intitulado “O povoamento de Santa Catarina”, destaca *Génesis* XI-1: “Ora, a terra tinha uma só língua e um mesmo modo de falar”. *Génesis* ocupa-se da origem do mundo e da humanidade. Contém os relatos mais famosos da Bíblia, como a criação, Adão e Eva, o dilúvio e a torre de Babel, tendo como função colocar Israel no contexto das nações. No segundo capítulo, “Os povoadores e os transportes”, remete o leitor para *Êxodo* XIII-8: “Mas eles tinham saído debaixo da protecção de uma poderosa mão”. O *Êxodo* anuncia a boa nova da intervenção divina que libertou um grupo de hebreus do Egipto, para formar deles uma nação divina. Os açorianos, fundadores, além de serem protegidos por Deus, ao serem relacionados com o êxodo seriam aqueles que vieram em busca da terra prometida, cuja caminhada conduziria à realização desta utopia.

A construção da narrativa lembra em muito o modo de narrar dos seguidores do Instituto Histórico e Geográfico. A vinda dos açorianos tem um

---

<sup>50</sup> Cabral, Oswaldo Rodrigues, *Os Açorianos*, Florianópolis, IOESC, 1950, p. 7.

fundador, o Brigadeiro José da Silva Paes, que é, segundo o autor, “dinâmico e empreendedor”, constituindo-se na narrativa como um grande “empreendedor”. No seu texto, os açorianos aparecem sempre sob a égide de um governante e a este imputa Cabral responsabilidades no que se refere à localização, desempenho na agricultura, política de recrutamento militar.

René Rémond destaca bem a situação daquele que se aventura pela escrita da História: “Existe portanto – escreve Rémond – uma história da história que carrega o rastro das transformações da sociedade e reflecte as grandes oscilações do movimento das ideias. É por isso que as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem: o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a ideologia dominante, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época<sup>51</sup>”.

Maria Bernardete Ramos Flores, ao trabalhar a temática da açorianidade levantada durante o congresso de 1948, pontua que “foi num momento de luta pela hegemonia cultural...que o tema ‘açoriano’ ganhou importância para os intelectuais, e lugares de memória como os arquivos foram abertos e remexidos... Uma hegemonia que não dependia apenas da força e do progresso económicos, mas principalmente da sua identidade cultural”<sup>52</sup>. Boaventura de Sousa Santos salienta que “as identificações, além de plurais, são dominadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções<sup>53</sup>”.

Retornando ao texto de Manuel de Sousa Menezes com que iniciei o presente trabalho, observa-se que este analisa o livro de Oswaldo Rodrigues Cabral, *Os Açorianos*. Nesse artigo o autor refere-se ao Congresso realizado em Santa Catarina e critica o texto de Cabral no referente à atribuição à fome e à miséria como motivos da emigração açoriana. O autor contrapõem-se à seguinte afirmação de Cabral:

“Justamente nesse ano, os moradores das Ilhas dos Açores pediram a El Rei que lhes fosse permitido emigrar para o Brasil, pois o arquipéla-

---

<sup>51</sup> Rémond, René. “Uma História do Presente”. In *Por uma História Política*, Rio de Janeiro, FGV/UFRJ, 1996, p. 13.

<sup>52</sup> Flores, *op. cit.*, pp. 133-134.

<sup>53</sup> Santos, Boaventura de Sousa, São Paulo, Cortez, 1995. p. 135.

go superpovoado, já não comportava população de tão elevada densidade e a miséria batia a todas as portas, devido às escassas colheitas. O excesso de bocas e a falta de géneros estavam a exigir um remédio heróico. E os moradores propunham ao Rei a retirada para o Brasil dos que excediam a capacidade das ilhas”<sup>54</sup>.

Menezes, para contrariar o argumento da miséria, regista, em primeiro lugar, que o Conselho Ultramarino, em deliberação de 8 de Agosto de 1746, decidira sobre a emigração no sentido de D. João V determinar a abertura de inscrições para o efeito. Só, porém, em 1748 seguiram os primeiros casais para a capitania de Santa Catarina. Para o autor, se houvesse tal fome e carência de géneros, dois anos de espera seriam suficientes para produzir uma hecatombe na sociedade açoriana. O autor deixa em suspenso o episódio da saída como algo desastroso, registando que o caso devia ter ocorrido como episódio “banal”, que se verificava desde há muito, sendo usual nas “tendências emigratórias da população”<sup>55</sup>. Para confirmar de forma mais contundente sua posição, o autor vale-se da obra histórica *Anaes da Ilha Terceira*, 1850, de autoria de Francisco Ferreira Drumond<sup>56</sup>. Se, num primeiro momento, Menezes procura demonstrar a vigência de uma situação de relativa abundância nas ilhas,

---

<sup>54</sup> Cabral, *op. cit.* p. 17.

<sup>55</sup> Menezes, Manuel de Sousa, “Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Tipografia Andrade, 1952, p. 52

<sup>56</sup> “E quanto aos motivos de fome, carência de géneros e miséria invocados, dá-nos as seguintes informações na sua obra histórica da Ilha Terceira, 1850, que completamente os contradizem. Em 1745 embarcavam-se cereais; em 1746, só o ramo de Porto Martins, aliás bastante restrito na superfície da ilha, produziu de dízimo 120 moios de trigo, acrescentando com aquela lógica crítica de historiador que lhe é peculiar – ‘por esta diminuta parte da ilha é mui fácil calcular-se, o quanto produziram os mais ramos; e poderá concluir-se o haver sido este ano de uma prodigiosa abundância de trigos’. No ano de 1749, citando a pragmática de 28 de Maio, relativa à repressão do luxo introduzido em todo o reino e sua extensão a estas ilhas, como medida precisa de economia, refere-se a excelência do pano da terra ‘nome privativo ao pano de lã, tecido e apisoado nestas ilhas para o uso exclusivamente dos homens, em calças, vestes e capotes’. E dando às palavras o significado relativo à época e ao meio, acrescenta - ‘e que excelentes fábricas de pano de linho, dados, vistosos e xadrezes, e entremeados ordumes se não fabricam nestas ilhas, assaz valiosos, no que diz respeito à vista, e muito mais à duração’”. (Menezes, *op. cit.* pp. 52-53)

num segundo, valendo-se ainda de Drumond, vai citando alguns trechos que apontam para a escassez de alimentos, como: ano de 1751 “um dos mais escassos dos frutos da ilha em todos os géneros; porém não alcancei a causa de que proveio tamanha escassez, nem alguma outra circunstância sobre que se possa ajuizar dos resultados”; em 1752, “em consequência da falta de cereais do ano passado, tomaram as câmaras da ilha acordo para socorrer as necessidades públicas; e porque na jurisdição da Praia os clérigos, valendo-se de seus privilégios, tinham fechado os graneis e covas para monopolizar com os trigos: requereu a câmara ao bispo Dr. Valério do Sacramento que desse ordem ao Ouvidor, Dr. Cristóvão Borges da Costa, para abrir e pôr à venda o trigo e milho de alguns padres daquela jurisdição. O que ele prontamente executou, e desta forma se proveram todos os que tinham necessidade de pão”<sup>57</sup>.

Em vista disso, o autor conclui que não havia fome, como antes, que influísse nos motivos da ida dos casais para o Brasil. A parte citada acima foi extraída dos *Anais da Ilha Terceira* e surpreendeu-me o facto de Menezes não ter feito a citação completa, suprimindo a referência a um dos motivos apontados como causadores da problemática da escassez de alimentos: a de que “os clérigos tinham fechado os graneis e covas para monopolizar os trigos”.

Uma outra contraposição do autor ao texto de Oswaldo Rodrigues Cabral refere-se à questão do “superpovoamento”. Menezes desenvolve o seu argumento levantando dados da população de 1950 e, tomando como referência a data de 1864, por haver dados estatísticos certos, afirma: “nesta data existiam em todas elas 248.028 habitantes, assim distribuídos pelos três distritos administrativos que elas formam: Ponta Delgada, 110.832; Angra do Heroísmo, 72.211; Horta, 64.985. Pelo último recenseamento de 1950, estes dados são respectivamente de 176.707, 86.979 e 55.000, somando um total de 318.686 habitantes. Excepto o caso do distrito da Horta, onde ela diminui...a população total contando com os outros dois, os mais povoados, cresceu nestes 86 anos 70.658 pessoas, ou seja 22%”<sup>58</sup>. Registou Menezes, então: “ao manter-se esta mesma proporção, o que é para duvidar no quantitativo, nos 118 anos que medeiam entre 1864...e a anterior data de 1746 da emigração, o número de habitantes

---

<sup>57</sup> Drumond, Francisco Ferreira, *Anais da Ilha Terceira*, Reimpressão Fac-similada da edição de 1856, [Angra do Heroísmo], Região Autónoma dos Açores – Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981, p. 260.

<sup>58</sup> Menezes, Manuel de Sousa, *op. cit.*, pp. 54-55

deveria andar em todas à roda de 193.000 pessoas, ou seja menos da metade da população actual e não se pode dizer, para regiões essencialmente agrícolas, que haja hoje superpopulação com um índice geral de densidade à volta de 170”<sup>59</sup>. Prosseguindo, o autor lançou mão de dados documentais para comprovar sua argumentação, mostrando que quem emigrou para o Brasil não foi gente plebeia mas gente de categoria social elevada:

“Se para muitos desses emigrantes, sobretudo os de geração nobre, se pode admitir o carácter de aventura que o novo país despertava ou possivelmente o desejo de adquirir melhores meios de fortuna, que as leis sucessórias do morgado só reservava aos primogénitos, o que é de facto, é que desde muito cedo se notou aquela tendência, até de famílias inteiras se irem fixar nas terras esperançosas do Brasil”<sup>60</sup>

Vê-se, assim, que o autor concebeu o acto de emigrar como sendo, em grande parte, resultante do espírito de aventura. Ainda que não se possa deixar de levar em consideração esta componente cultural, o facto é que a emigração está imbricada nas condições sócio-económicas que estes homens e mulheres vivenciaram nas suas experiências históricas. Percebe-se que o autor viveu o seu tempo e se imbuíu do ideário nacionalista e ufanista. Segundo Luís Reis Torgal, “um dos aspectos mais notórios da ideologia do Estado Salazarista foi naturalmente o corporativismo, a concepção de um Estado onde se encontravam harmoniosa e organicamente representados os interesses económicos, sociais e morais dos diversos estratos da população, numa coexistência de consenso possibilitada pela polarização comum em torno do pretensu engrandecimento da Pátria....O Estado Novo centrava todo o seu programa em torno da ‘causa nacional’, proclamando a necessidade de restaurar a ‘alma da Pátria’, após o longo e dissolvente interregno de uma política cavernosa. Daí que a exaltação patriótica se desdobrasse na apologia dos ‘verdadeiros valores nacionais’ contidos nos hábitos e costumes do povo, dum povo que se mitificava e idealizava”<sup>61</sup>.

---

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>60</sup> Menezes, Manuel de Sousa, *op cit.*, p. 66

<sup>61</sup> Torgal, Luís Reis, *op. cit.*, pp. 172-173.



Menezes é muito claro nesta narrativa no que se refere às suas afinidades com o Estado Novo português, ao ideário nacionalista/cristão/católico que exalta e ao uso do passado para legitimar práticas políticas no presente. Ao procurar outras razões para a emigração açoriana para o Brasil, encontra-as no espírito de luta e no interesse da realeza em garantir as suas possessões no extremo sul da colônia e afirmar a constituição da nacionalidade. O açoriano cumpre, então, os desígnios da realeza. Menezes defende, ainda, que “à preferência dada à emigração açoreana, não fossem estranhos os episódios da luta sustentada por estas populações no movimento da restauração da independência nacional ao domínio filipino<sup>62</sup>”. Para o autor, então:

“ Na Terceira, a rebeldia chegará ao ponto de não reconhecer Filipe II como rei de Portugal e só à força, vencidos pelas armas o aceitaram, sendo ele então o soberano mais poderoso da Europa em cujos domínios o Sol nunca se punha, como orgulhoso o dizia. Um século antes dessa emigração, logo após a data memorável de 1 de dezembro de 1640, as populações insulares, por esforço próprio, pelos únicos e escassos meios, empreenderam a sua libertação do jugo castelhano. Sem apoio da metrópole, sem qualquer auxílio material, por sua única decisão, conseguiram conquistar a sua libertação. O cerco à poderosa fortaleza de Filipe na Ilha Terceira e sua rendição, levada a cabo pelas insuficientes companhias de Ordenança da terra, ao que era já nesse tempo uma autêntica base marítima, fora um efeito retumbante e uma afirmação poderosa de fidelidade à causa nacional<sup>63</sup>.

O autor relaciona a defesa dos interesses portugueses no extremo sul com a vinda dos açorianos para o Brasil, pois estes eram portadores do espírito de luta que remontava a um passado glorioso e emblemático de “fidelidade à causa nacional”. Então, ao contrapor-se às proposições bási-

---

<sup>62</sup> Menezes, Manuel de Sousa, *op. cit.*, p. 74.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 74.

cas de Oswaldo Rodrigues Cabral, Menezes, apesar de se valer de argumentações comprobatórias de natureza documental, estas carregam fortes indícios de um discurso marcado pelo nacionalismo exacerbado que vê nos grandes homens virtudes que estende a todo um povo e “fabrica” factos que apontam para o engrandecimento das coisas nacionais. A produção da miséria e os seus efeitos sociais, o que levou as pessoas em grupo, individualmente, organizadas ou não, a resistirem ou a buscarem outras formas de sobrevivência, não lhe interessava. O Estado, demiurgo, que a todos acolhe e a todos favorece não admite a contradição, embora se produza e reproduza a partir deste pressuposto.

Oswaldo Rodrigues Cabral, ao escrever seu texto, sobrevaloriza a questão do estado de miséria em que se encontravam os açorianos, alçando-os à condição de enviados de Deus, que, como no Êxodo, fogem do Egipto para a Terra Prometida: são pobres materialmente, mas ricos espiritualmente. O seu discurso calca-se numa visão religiosa, em que o estado de empobrecimento não é perspectivado historicamente, mas como “já dado”, talvez mesmo, como um desígnio de Deus. Cabral não levou em consideração as múltiplas possibilidades que levam homens e mulheres a se movimentarem. Para ele, todos eram pobres, todos estavam a morrer de fome. Menezes, por seu lado, ao contrapor-se aos argumentos de Cabral e valendo-se de Francisco Ferreira Drumond, selecciona as suas provas. A igreja não aparece como uma das responsáveis pela produção da miséria, por pouca que fosse, e os conflitos que avultam no texto de Drumond passam despercebidos no texto de Menezes.

Finalizando: o Congresso de 1938, em Lisboa, e o Congresso de 1948, em Santa Catarina, enquanto actos cerimoniais, bem como as escritas que deles resultaram, constituíram-se, primeiramente, como *locus* privilegiados de produção de saber no qual seus produtores foram forjados – o nacionalismo como cultura política bem definida. Daí, portanto, a prioridade concedida a uma palavra que quase se assume como mágica – a “nação”. Ainda que afirmando a objectividade cientifista do conhecimento histórico, o certo é que os intelectuais que intervieram nestes dois eventos não deixaram de divulgar as suas investigações numa perspectiva de construção da nacionalidade, comprometidos, como se encontravam, com o ideário nacionalista. Assim, o tipo de discurso utilizado procura salientar – a exemplo do discurso nacionalista da época – a ideia de Portugal como “criador de nacionalidades”: a emigração desses milhares de açori-

anos para o sul do Brasil ter-se-ia inserido numa política de defesa e garantia do território e de afirmação da nacionalidade naquelas longínquas paragens.

Pode dizer-se, ainda, que a publicação do *Livro do Congresso Açoriano* de 1938 e do livro *Os Açorianos*, de Oswaldo Rodrigues Cabral, bem como a realização destes Congressos de 1938 (Lisboa) e 1948 (Santa Catarina), se constituíram em eventos através dos quais se procurava encontrar um passado comum, esquecendo ou desvalorizando outras linguagens simbólicas significativas e experiências de vida, projectando um futuro que se dizia ser construído por todos e para todos. O *Livro do Congresso Açoriano*, publicado no “ano áureo” do tão celebrado, pelos intelectuais salazaristas, “Duplo Centenário”, tornou-se repositório de memórias de lutas que partilhavam a divisão do mundo sensível expresso no desejo de autonomia administrativa recheada de nacionalismo ufanista.

O Congresso de Santa Catarina e a sequente publicação do livro *Os Açorianos*, de Oswaldo Cabral, despertaram, igualmente, o empenhamento dos intelectuais catarinenses na consulta dos arquivos, na reescrita dos factos históricos, no reforço de mitos fundadores, na atribuição de primazias, objectivando constituir-se como contraposição política às outras etnias.

A escrita da História daí decorrente e com a intenção de eternizar a festa, fez “limpezas”, arrumou as coisas nos “devidos lugares”, extinguiu, talvez, dissonâncias gritantes. Constituiu-se num “lugar de memória”, fixando nomes de homens e mulheres, festas e monumentos e, neste sentido, Jacques Le Goff afirma com propriedade que “a memória é um lugar e exercício do poder”<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> Le Goff, Jacques, “Memória”, in *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, p. 38

